

MEC suspende bolsas de estudo no Rio; medida deve afetar escolas

Colégios estariam usando alunos fantasmas para obter mais recursos do salário-educação

RONALDO SOARES

RIO — O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, suspendeu o pagamento de 70 mil bolsas de estudos nas 438 escolas particulares do Rio beneficiadas pelos recursos do salário-educação. Essas escolas estariam usando alunos fantasmas para receber verbas destinadas a bolsistas. De acordo com o criminalista Clóvis Sahione, advogado de 300 colégios ligados ao Sindicato das Escolas Particulares do Município do Rio, essa decisão vai atingir somente "estabelecimentos fantasmas apoiados por políticos".

Segundo Sahione, a medida não afetou nem os seus clientes

nem as demais escolas vinculadas ao sindicato. "As bolsas são concedidas somente a escolas falsas da Baixada Fluminense, sempre com um deputado ou vereador por trás", afirmou o advogado. "A jogada é sempre a mesma: qualquer pessoa coloca uma sala nos fundos de sua casa e ali instala uma escola", explicou o advogado. "Com a ajuda do político, essa pessoa declara que lá estudam 500 alunos e assim consegue as bolsas", disse Sahione.

Repasso — A partir dessa decisão, as escolas devem deixar de receber do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o repasse dos recursos. Lurdes Camargo Pena, secretária da Delegacia Sindical de Nova Iguaçu, disse que até o fim da tarde nenhum sindicato ligado a escolas particulares da Baixada Fluminense havia sido notifica-

do pelo Ministério da Educação (MEC) quanto à suspensão das bolsas.

Uma fonte ligada à Secretaria Estadual de Ensino disse que "esquema de concessão de bolsas não beneficia apenas as escolas da Baixada e da Zona Oeste do Rio". "Essas escolas de fundo de quintal não são as únicas beneficiadas; há estabelecimentos conceituados da Zona Sul que também ganham com o lobby dos políticos", disse. "As bolsas de estudo representam hoje um grande mercado que jamais visa o interesse do estudante carente", afirmou a fonte.

Há suspeita de que a fraude também esteja ocorrendo em outros Estados como São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. O deputado Alexandre Cardoso (PSB-RJ) entregou ao ministro Paulo Renato um levantamento das escolas beneficiadas pelo salário-educação.